

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: *Cajita do Acervo*

Class.: 03

Data: *16 de março de 1986*

Pg.: _____



Com o asfaltamento da BR-364, é preciso evitar o que aconteceu em outros estados

Amazônia Ocidental, última reserva ecológica do mundo

Uma missão do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) está visitando o Acre, acompanhada de técnicos do governo brasileiro. A visita é parte das ações do PMACI (Projeto de Proteção ao Meio Ambiente e Comunidades Indígenas). Fala-se muito em PMACI, PLANACRE, BID, mas grande parte do público não está realmente informado do que se trata. É necessário, portanto, relembrar alguns fatos.

No ano passado, quando o governador Nabor Júnior visitou os Estados Unidos, os jornais locais deram manchetes com o recado que o governador recebeu dos americanos: verba para o asfaltamento da BR-364 só depois de demarcadas as terras indígenas e reservas florestais. A opinião pública norte-americana e européia atua fortemente sobre os organismos financeiros internacionais. Há grupos de ecologistas organizados, com representantes no Congresso americano. Há denúncias fartamente documentadas de desastres ecológicos e genocídios praticados contra os índios. Os "partidos verdes" crescem na mesma medida da preocupação da opinião pública internacional com o controle das condições ambientais, fontes de energia, poluição, armas atômicas e outros assuntos polêmicos.

A ÚLTIMA FRONTEIRA

A Amazônia Ocidental, especialmente o Acre, é considerada pelos ecologistas como uma das poucas áreas do planeta ainda pouco devastadas. A última fronteira, ainda não totalmente alcançada pela indústria e pela tecnologia pesada. O isolamento natural e a economia extrativista mantiveram a região quase que intacta durante o último século. A explosão populacional, a migração acelerada e o avanço da tecnologia industrial, mesmo aquela aplicada na agricultura, colocaram na ordem do dia a ligação rodoviária desta região. Apresenta-se a possibilidade de uma saída dupla, em direção ao Atlântico e ao Pacífico. As consequências para a população local, está claro, podem ser extremamente perigosas. Basta observar os exemplos de Mato Grosso e Rondônia, onde a devastação dos recursos naturais e a destruição do modo

de vida da população nativa tornou-se incontrolável.

Quando o governo brasileiro solicitou recursos ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, visando o asfaltamento da BR-364, as críticas em relação aos funcionamentos anteriores e aos problemas que geraram em áreas indígenas já haviam ganho espalhado espaço na imprensa do mundo inteiro. O BID, pressionando, estabeleceu condições para empréstimo. Para responder a essas condições, o governo constituiu um grupo de trabalho envolvendo representantes de vários órgãos oficiais. Surgiu, então, o PMACI.

QUEM E COMO

Participam do Plano, como órgãos executores: a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), o IBDF, a FUNAI, o INCRA e a EMBRAPA. A coordenação fica a cargo do IPEA/IPLAN, órgão do Ministério do Planejamento.

O Projeto prevê a realização de trabalho em duas etapas: o Plano de Ação Provisório e o Plano de Ação Definitivo. O primeiro compreende medidas imediatas, como a demarcação de áreas indígenas e as pesquisas visando escolher áreas de reserva florestal, conhecer aspectos fundiários e recursos sócio-econômicos da região. Já o Plano de Ação Definitivo, que só será efetivado a partir de 1987, visa definir uma proposta de ocupação amazônica, dentro da área de abrangência do Projeto (Acre, Rondônia e Sul do Amazonas).

Está previsto uma vigência de 12 anos para as decisões do PMACI. Previstos estão ainda a aplicação de recursos num total de 10 milhões de dólares, cerca dos quais 60% correspondem à contrapartida nacional e os outros 40% de recursos externos (empréstimos do BID).

COMO ESTÁ

Pouca coisa foi alizada até agora. O Plano de Ação Provisório foi encaminhado para análise e aprovação do BID em setembro do ano passado. Muitos aspectos do plano sofreram críticas, posteriormente, tanto por parte do BID como das entidades da sociedade acreana, como a Comissão Pró-Índio, o CIMI, a União das Nações Indígenas. Foi elaborada, então, uma nova versão do Plano de

Ação Provisório, que está sendo discutida atualmente, com a vinda dos técnicos do BID ao Brasil. Sem que este plano seja aprovado, não serão iniciados os desembolsos dos recursos para o asfaltamento da estrada.

Mesmo assim, a estrada já vem sendo pavimentada com verba nacional, o que torna urgente a definição de ações concretas de proteção previstas no PMACI. Apenas seis áreas indígenas foram demarcadas e, mesmo assim, seus decretos de legalização definitivas ainda não foram assinados pelo Presidente da República. A demarcação foi feita dentro do orçamento previsto pela contrapartida nacional. De concreto, nenhuma verba do BID foi ainda liberada.

POLEMICAS

Não são apenas técnicos, administrativos ou financeiros que permitem a vida do PMACI. Um exemplo das diversas complicações que têm surgido é a situação do PLANACRE. Nascido inicialmente como uma continuação do PDRI, visando aproveitar verbas que sobraram do POLO-NOROESTE, o Planacre acabou virando plano geral que abrangia boa parte do território acreano. Era coordenado pelo grupo do Senador Mário Maia e caiu em desgraça junto ao governo do Estado durante o "racha" político que resultou na passagem do Senador para o PDT. O coordenador, Eduardo Tadeu, foi demitido para dar lugar ao Secretário de Planejamento Adalberto Ferreira da Silva. Hoje, o Planacre não passa de uma sigla ligada aos recursos do PDRI e sua área de abrangência passou para o controle federal com o nome de PMACI-2.

Nos últimos dias, o PMACI voltou a sofrer questionamento por parte de entidades da sociedade acreana. A Comissão Pastoral da Terra, a Associação de Técnicos Agrícolas e outras entidades divulgaram nota reclamando contra "os planos feitos em gabinetes com ar refrigerado" e reivindicaram que fossem ouvidos na elaboração do PMACI os sindicatos de trabalhadores rurais e outros organismos representativos da população que vive na área de abrangência do Projeto.